

Relações de gênero e sexualidade no Brasil: desafios interseccionais e justiça para mulheres negras e LBT's

Daniela Auad¹

Universidade Federal de São Carlos
Universidade Federal de Juiz de Fora

Denize Sepúlveda²

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Resumo: As autoras propõem diálogo sobre justiça, educação e produção de conhecimento, ao retomar o histórico da categoria gênero e ao revisitar as abordagens de raça, classe, etnia, geração e, sobretudo, ao considerar as interseccionalidades das categorias sociais. Assim, no presente artigo, são focalizados os desafios quanto à justiça em suas variadas acepções, tais como justiça acadêmica, justiça epistêmica, justiça científica e justiça distributiva. Para realizar o diálogo proposto, as autoras lançam mão do trançado entre abordagens feministas, éticas, políticas, de modo a reafirmar o Direito à Educação. O texto traça caminho pautado em pesquisas e na trajetória da produção de conhecimento sobre gênero e sexualidade, de modo a defender que há acúmulo de pesquisa e interface com os movimentos sociais, visando fortalecer a relação entre justiça e educação e, ainda, ao colocar a universidade ao dispor da formação, da autonomia e da liberdade das mulheres negras, lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis.

Palavras-chave: gênero; sexualidade; raça; justiça; interseccionalidade.

AUAD, Daniela; SEPÚLVEDA, Denize. **Relações de gênero e sexualidade no Brasil: desafios interseccionais e justiça para mulheres negras e LBT's**. *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 9 (21): 187-202, setembro a dezembro de 2022. ISSN: 2358-5587

¹ Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (PPGED-So/UFSCar) e no Programa de Pós-Graduação em Educação (FACED/UFJF). Coordenadora do Grupo de Pesquisa Educação, Comunicação e Feminismos – Flores Raras (CNPq).

² Professora Adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ/FFP/Departamento de Educação). Coordenadora do Grupo de Pesquisa GESDI (Gêneros, Sexualidades e Diferenças nos Vários Espaços Tempos da História e dos Cotidianos).

Gender and sexuality relations in Brazil: intersectional challenges and justice for black and LBT women

Abstract: The authors propose a dialogue on justice, education and knowledge production, by resuming the history of the gender category and by revisiting the approaches of race, class, ethnicity, generation and, above all, when considering the intersectionalities of social categories. Thus, in this article, the challenges regarding justice in its various meanings are focused, such as academic justice, epistemic justice, scientific justice and distributive justice. To carry out the proposed dialogue, the authors make use of the braid between feminist, ethical and political approaches, in order to reaffirm the Right to Education. The text traces a path based on research and on the trajectory of knowledge production on gender and sexuality, in order to defend that there is an accumulation of research and interface with social movements, in order to strengthen the relationship between justice and education and, also, to place the university at the disposal of training, autonomy and freedom for black, lesbian, bisexual, transsexual and transvestite women.

Keywords: gender; sexuality; race; justice; intersectionality.

Relaciones de género y sexualidad en Brasil: desafíos interseccionales y justicia para mujeres negras y LBT

Resumen: Los autores proponen un diálogo sobre justicia, educación y producción de conocimiento, retomando la historia de la categoría de género y revisitando los enfoques de raza, clase, etnia, generación y, sobre todo, al considerar las interseccionalidades de las categorías sociales. Así, en este artículo se enfocan los desafíos en torno a la justicia en sus diversas acepciones, como la justicia académica, la justicia epistémica, la justicia científica y la justicia distributiva. Para llevar a cabo el diálogo propuesto, las autoras se valen del trenzado entre los enfoques feminista, ético y político, con el fin de reafirmar el Derecho a la Educación. El texto traza un camino basado en la investigación y en la trayectoria de producción de conocimiento sobre género y sexualidad, con el fin de defender que hay un cúmulo de investigaciones y de interfaz con los movimientos sociales, con el fin de fortalecer la relación entre justicia y educación y, también, al poner la universidad al servicio de la formación, autonomía y libertad de las mujeres negras, lesbianas, bisexuales, transexuales y travestis.

Palabras clave: género; sexualidad; raza; justicia; interseccionalidad.

Era uma vez...

[...] duas mulheres que nasceram em um mundo que não tinha a menor disposição em ouvir as mulheres. E, então, elas fizeram de suas opiniões uma forma de luta, de arte e de ciência.

Nosso artigo tem início inspirado no livro *Afiadas*, no qual Michelle Dean (2018) nos coloca diante de mulheres que “tinham em comum a habilidade de escrever de modo inesquecível” (DEAN, 2018: 9). Na obra, a jornalista feminista canadense coloca em diálogo mulheres como Hanna Arendt e Adrienne Rich, de modo a abordar o que as aproximava, o que as distanciava e, sobretudo, ressaltando o que chama de “a lição que todas elas têm a nos ensinar”: Todas nós somos tocadas umas pelas outras e pela história daquelas que nos precederam. Você pode traçar seu próprio caminho, mas sempre fará isso seguindo aqueles abertos por outras, independentemente de gostar delas ou não, de concordar ou discordar delas, desde que tenha capacidade de transcender esses aspectos (DEAN, 2018: 366).

Foi com esse sentido de transcender possíveis distâncias e nos unir, de modo a ressaltar as diferenças como riquezas, que nos sentimos, as autoras do presente texto, ao nos encontrarmos em uma mesa intitulada “Educação e desafios interseccionais: gêneros, sexualidades, raças, geração e religiosidade”³. Convidadas a dialogar sobre a temática em tela, nós nos percebemos e nos colocamos como mulheres, pesquisadoras, feministas, atravessadas por variadas opressões, e também definidas tanto pelas desigualdades quanto pelas nossas resistências. Nascidas e localizadas em um país que foi o último a acabar com a escravidão, somos brancas, acadêmicas e de classe média e, justamente por isso, nos colocamos como aquelas que, nos espaços em que estamos, defendemos o direito de acesso àquelas que ali ainda não estão!

Os privilégios de acesso e permanência nas instituições de ensino, nos variados níveis e modalidades que cursamos, assim como o ingresso no mercado de trabalho que angariamos ao longo de nossas vidas, formações e trajetórias, são elementos que utilizamos para estabelecer conceitos que podem potencializar o tão desejado e propalado Direito à Educação, cujas lacunas ainda persistem na nossa realidade e acabam por escancarar, por exemplo, as falácias tanto da democracia racial quanto da igualdade de gênero. As mulheres negras, por exemplo, sempre sofreram racismo e, decorrente deste, opressões variadas. Estas opressões, por mais que não tenham sido experienciadas por nós, em razão de nossa branquitude e outros privilégios circunstanciais, tem centralidade nas nossas vidas, seja na militância, seja na nossa atuação acadêmica, em docência, pesquisa e extensão. Queremos uma Universidade cada vez mais enegrecida, lesbianizada, bissexualizada, transsexualizada, não heterossexual e onde as religiosidades todas possam caber, tanto como saberes quanto como expressões dos sujeitos que as conhecem.

³ Na 14^a Reunião Regional Sudeste da ANPED, realizada de 30 de novembro a 3 de dezembro de 2020.

Como nos relembra o texto sobre a conjuntura atual, em Se Deus fosse um ativista dos Direitos Humanos:

Vivemos num tempo em que as mais chocantes injustiças sociais parecem incapazes de gerar a indignação moral e a vontade política necessárias para as combater eficazmente e criar uma sociedade mais justa e digna. Em tais circunstâncias, parece evidente que não podemos permitir o desperdício de nenhuma experiência social de indignação genuinamente orientada para fortalecer a organização e a determinação de todos os que ainda não desistiram de lutar por uma sociedade mais justa. (SANTOS, 2014: 10)

É nesse sentido que as autoras propõem diálogo sobre justiça, educação e produção de conhecimento. Trata-se de reflexão que, ao retomar o histórico da categoria gênero e ao revisitar as abordagens de raça, classe, etnia, geração e, sobretudo, das interseccionalidades das categorias sociais, propõe que esse debate se volte para a reflexão acerca dos desafios quanto à justiça em suas variadas acepções, de modo a trilhar, aparentemente ‘a passeio’, variados conceitos e definições de justiça, tais como justiça acadêmica, justiça epistêmica, justiça científica e justiça distributiva. Tal panorama apresenta o propósito das autoras quanto a trançar abordagens feministas, éticas, políticas, na esfera do fortalecimento do Direito à Educação.

Esse trançado perfaz um caminho alinhavado por pesquisas e pela trajetória da produção de conhecimento sobre gênero e sexualidade, na área de educação. Assim, as autoras acabam por refletir sobre *a gloriosa volta de quem nunca esteve aqui*, de modo a parafrasear a canção de Emicida⁴ e fazer referência a acúmulos de pesquisa e interface com os movimentos sociais. Tais acúmulos e interface permitem propor diálogo sobre a relação entre justiça e educação, cujo propósito seja colocar a universidade ao dispor da formação, da autonomia e da liberdade das mulheres negras, lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis.

Trata-se, portanto, de dialogar sobre gênero e sexualidade na educação no Brasil para enfrentar desafios interseccionais e construir justiça para mulheres negras e LBT's, especialmente no que tange a fazer esses grupos numerosos e minoritários ingressarem nas universidades, cursarem com excelência cursos de graduação e de pós, assim como participarem dos sistemas de produção de conhecimento, de modo a tornar científicos os saberes populares, subjetivos e identitários desses grupos, com conhecimentos que abarcam as variadas condições humanas até então silenciadas e não visibilizadas.

Como bem diz Lélia Gonzalez (2020: 76):

O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como a *sintomática* que caracteriza a *neurose cultural brasileira*. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular.

E, ainda, dizendo de outro modo, há de se criar condições para que os grupos e populações citadas tenham acesso ao que aqui estamos denominando como justias acadêmica, epistêmica e científica. Há de se possibilitar às mulheres negras e LBT's ingressar, cursar com qualidade e produzir conhecimento, o que seria, em nosso olhar, respectivamente justiça acadêmica, justiça epistêmica e justiça científica, posto que acessar a vaga é importante, donde a valia das políticas de cotas; ao lado disso, importa também ter ações afirmativas variadas para assegurar que a vaga preenchida seja usufruída com qualidade de acesso a conteúdo, saberes e

⁴ Para mais informações sobre a referência, vide o clipe oficial de Emicida. *Mandume*. Com participação de Drik Barbosa, Amiri, Rico Dalasam, Muzzike e Raphão Alaafin. Recuperado em 01 jul. 2021, de https://www.youtube.com/watch?v=mC_vrzqYfQc&list=RDPTDgP3BDPIU&index=3.

vivências universitárias e acadêmicas, assim como importa assegurar as condições de realizar pesquisa, elaborar dissertações e teses, integrar grupos de pesquisa e, assim, assegurar que a Ciência tenha todo o seu edifício científico modificado pelo DNA, pobre, preto, bixa, trans e sapatão. Tais processos podem concorrer para que a Academia seja o lugar em que os sujeitos citados passem a ser aquelas e aqueles que produzem os conhecimentos, e não apenas sejam parte do campo de pesquisa, como objetos de estudo.

Desta maneira, para garantir que democratizar seja sinônimo de deselitizar e descolonizar, propomos inclusive uma releitura da frase de Raduan Nassar, no livro *Lavoura Arcaica*, ao comentar em variados trechos de sua obra a condição do pai e do faminto. O autor expressa que aquele que ocupa uma posição privilegiada, o pai, não poderia falar por quem não tinha o mesmo privilégio, o faminto: “Como podia o homem que tem o pão na mesa, o sal para salgar, a carne e o vinho, contar a história de um faminto? [...] Era um requinte de saciados testar a virtude da paciência com a fome de terceiros” (NASSAR, 2002: 54-70).

Propomos, então, uma paráfrase a partir dos dizeres do doutor *honoris causa* da Universidade Federal de São Carlos, o que pode nos permitir, por exemplo, perceber a urgência das políticas de cotas e outras tantas ações afirmativas, nos variados níveis de ensino e até nas pós-graduações. Nossa paráfrase, a partir do que abordamos no presente texto, resultaria em: “É requinte de diplomados testar a virtude da paciência com os saberes de terceiros”. E, obviamente, referimo-nos a intelectuais que, sendo privilegiados, estudam a partir dos movimentos sociais e das categorias classe, raça, gênero, geração e orientação sexual, como tentativa de validação do conhecimento produzido por eles, mas sem agir, de fato, para dar lugares em quantidade e qualidade, onde se produz o conhecimento científico, aos verdadeiros sujeitos desses movimentos sociais e detentores das identidades descritas nas categorias a partir das quais se estuda.

Vale notar que não são novas essas preocupações, apesar de um eventual tom de novidade que pode ser atribuído ao que aqui se afirma, com um cunho aparentemente demais ativista e/ou militante, em razão de considerarmos categorias e identidades há muito invisibilizadas.

Tanto a Constituição Federal de 1988, quanto a lei 8.069/90, também conhecida como o Estatuto da Criança e do Adolescente, preveem a atuação de Estado, da família e da sociedade para garantir direitos fundamentais. A educação está entre estes, como nos relembra o artigo (2020) sobre direito à educação na perspectiva da justiça distributiva, preconizada por John Rawls. O citado artigo – escrito por Émina Márcia Nery Santos, Luziane Said Cometti Lélis e Cassio Vale, da Universidade Federal do Pará - nos relembra o que o artigo 53 do ECA estabelece no que se refere à igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Tal acesso e permanência são assegurados quando crianças e adolescentes são respeitados por seus educadores/as; quando se assegura o direito de contestar critérios avaliativos; e quando se garante acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência (BRASIL, 1990, art. 53).

As máximas expressas acima e ao longo do presente artigo, a partir de variadas abordagens, são fundamentais para desenhar a reflexão que as autoras deste texto postulam. Elas propõem que se faça uma expansão da reflexão sobre o acesso e permanência a partir da escola de educação básica para a situação de acesso, permanência e rendimento, aproveitamento e fruição também na Universidade. Em nosso entender, esses são desafios interseccionais para a garantia de justiça social no que se refere a vida das mulheres negras e LBT's; são desafios que dizem respeito às relações de gênero e sexualidade na Educação no Brasil.

Em razão disso, desenhamos com mais precisão o que aqui postulamos e, na sequência, ofertamos elementos da História das Mulheres e das relações de gênero no Brasil, a fim de contribuir com a temática.

Especialmente para refletir sobre acesso, permanência e bom aproveitamento das mulheres negras e LBT's na Universidade, pensamos em três conceitos e suas respectivas e breves definições: justiça acadêmica, justiça epistêmica e justiça científica. Pensamos sobre assegurar acesso a vagas na graduação e nas pós-graduações, o que aqui se denomina justiça acadêmica, uma vez que diz respeito ao direito de ocupar vagas criadas previamente, nos diferentes níveis e modalidades do Ensino Superior. Refletimos sobre garantir as melhores condições de aprendizado e participação no ambiente acadêmico da Educação Superior, para que se curse com excelência e fruizione as disciplinas de bacharelados, licenciaturas e pós-graduações, o que no presente texto corresponde à justiça epistêmica, posto que se refere ao direito de acessar conhecimentos. Ponderamos sobre afiançar condições de produção de conhecimento, de modo a ter comprometimento quanto ao acesso e permanência às estruturas acadêmicas no interior das quais se faz aquilo que se denomina Ciência, seja nas pós-graduações ou graduações, seja nos grupos de pesquisa, com possibilidade de obtenção de títulos de mestrado, de doutorado, bem como a realização de estágios pós-doutorais e iniciações científicas, uma vez que participar, atuar e construir tais processos de produção de conhecimento científico corresponderia, no âmbito do que postulamos, à construção da justiça científica.

Vale notar que essa diferenciação de definições a partir de termos que seriam usualmente tomados como sinônimos se desdobra na fundação de conceitos e se trata de recurso metodológico também utilizado em outros textos, por outras autoras, a fim de ressaltar posições teóricas e políticas, assim como carregam em si projetos societários.

Exemplar desse procedimento de desdobramento de termos, de modo positivo, encontra-se o caminho teórico adotado por Maria Victoria de Mesquita Benevides Soares, em artigo na Revista Lua Nova, cujo título é Educação para a democracia (1996), no qual ela diferencia “educação democrática” e “educação para a democracia”, de modo a assegurar os valores republicanos no seio da instituição escolar e dos processos formativos. Do mesmo modo, Daniela Auad, em artigo da Revista USP (2002-2003) no qual diferencia “coeducação” e “escola mista”. A autora concebe escola mista como pressuposto para a existência da coeducação, que corresponderia a um conjunto de medidas educacionais, que poderiam assegurar igualdade de gênero, para além da mistura de meninas e meninos na escola. Diferentemente desses dois exemplos, Andréia Nunes Militão destaca a troca de termos não apenas no âmbito da criação de definições e conceitos que são fundamentais para um ideal de sociedade, mas uma diferenciação já em curso, em um conjunto de reformas educacionais implementadas na década de 1990. Neste caso, a substituição do termo “direito à educação” pela acepção “direito à aprendizagem”, com foco especial na formação de professores, se coloca no bojo do avanço neoliberal sobre as políticas educacionais brasileiras e se refere a algo que não pode ser propriamente relacionado a um desejo democrático e de justiça social, embora a crítica da autora seja nesta linha de pensamento. Na sua reflexão sobre a substituição dos termos, Militão considera que “Para além da questão semântica, a troca dos termos carrega concepções diametralmente opostas sobre os objetivos educacionais e, conseqüentemente, sobre os projetos societários subjacentes” (MILITÃO, 2021: 23).

Tanto nos sentidos sublinhados por nós, de modo a desdobrar o conceito de justiça em variadas definições, quanto nos dizeres das autoras citadas, a educação é central para assegurar justiça em variadas acepções, de modo a ser reafirmada como direito social e parte integrante dos direitos fundamentais para o alcance da dignidade humana, de modo a levar em consideração as categorias que constituem a desigualdade, está também fundamentada de modo interseccional.

Ao Estado cabe a obrigação de assegurar os processos delineados ao lado de cada definição acima, sob a forma de políticas afirmativas, cotas, e também no lidar cotidiano dos processos de ensino-aprendizado da Educação Básica ao Ensino Superior, para potencializar a dignidade humana de todas as pessoas. Por mais que essas máximas repetidas à exaustão se pareçam com slogans, que podem conferir alguma legitimidade a textos e projetos, sem que necessariamente mudanças substanciais se realizem na prática das instituições, há de se lembrar que o presente texto corporifica o que poderia ser apenas a letra da lei ou apenas um slogan de validação momentânea.

Assim, ainda que pareça algo longínquo para ser alcançado, a boa notícia é que os processos em tela já começaram, ainda que com tensionamentos de retrocessos e com necessidade de maior velocidade e eficácia em suas implementações. Para expressar parte do caminho já percorrido e de modo a contribuir com o caminho que se está a percorrer, apresentamos, no presente texto, os itinerários para os quais contribuimos com nossas trajetórias e saberes acumulados, a fim de evidenciar que os efeitos interseccionais de todas essas relações produzem efeitos diferentes e mais violentos sobre as mulheres negras, transexuais e não heterossexuais. Esses mesmos olhares interseccionais guardam, portanto, maneiras de combater as violências e, assim, enfatizamos que sempre tivemos vivências, olhares e sensibilidades para esses múltiplos sistemas de opressão em particular, articulando raça, gênero, classe, sexualidades e outros marcadores de desigualdades e hierarquias sociais.

As categorias e identidades em foco também nos constituem como autoras do presente artigo, mulheres, professoras, pesquisadoras, mães, amantes, esposas, filhas, amigas, feministas. Nas searas pessoais e acadêmicas, percorremos, em nossas histórias de vida, parte das trajetórias que analisamos, de modo macroscópico, nas análises históricas do desenvolvimento dos estudos das relações de gênero e sexualidades no Brasil, em perspectiva feminista. Ao lado desse recorte, a partir dos anos de 1960 até o momento atual, apontamos ainda a importância da perspectiva interseccional para esse debate, pois a percebemos nas nossas vivências, em nossas pesquisas e nas trajetórias de nossas alunas, assim como nas histórias de vida de mulheres e meninas, incluindo aquelas a quem foi interdito o acesso à educação e outros direitos.

Era uma vez a história das mulheres e das relações de gênero

Os estudos sobre a História das Mulheres e também das relações de gênero no Brasil correspondem aos movimentos feministas dos anos 1970/80, no qual lutavam também contra a ditadura militar brasileira⁵, e agregou feministas no país e no exílio. Em 1967, a socióloga feminista Heleieth Saffioti defendeu sua

⁵ A Ditadura Militar foi o período da política brasileira (1964 a 1985) em que os militares governaram o país. Caracterizou-se principalmente pela falta de democracia, supressão de direitos constitucionais, censura, perseguição política e repressão aos que eram contrários ao regime militar, muitos desses atos foram acometidos de tortura e morte (SEPULVEDA, 2010).

tese de Livre-Docência “A mulher na sociedade de classes: mito e realidade”. Tal trabalho trazia uma temática inédita para a academia brasileira e analisava o papel e o lugar das mulheres na sociedade de classes.

Em 1972, a socióloga Eva Blay defendeu sua tese de Doutorado “Trabalho domesticado: a mulher na indústria paulista”, publicada em 1978. Em 1975, os Cadernos do CEBRAP publicam um artigo sobre a questão da estrutura do emprego e do trabalho feminino (MADEIRA e SINGER, 1975: 20). Tais trabalhos teriam sido “a porta de entrada” dos estudos sobre mulheres na academia. A questão do trabalho feminino até hoje ocupa um lugar nas produções da área.

Os estudos mencionados foram desenvolvidos concomitantemente com os debates das ideias e do movimento feminista internacional, dos meados dos anos 60/70. No Brasil, temos alguns registros de grupos de estudos sobre o feminismo em São Paulo e Rio de Janeiro, no começo da década de 1970, normalmente formados por mulheres, principalmente por professoras universitárias, que voltaram dos Estados Unidos e Europa, onde foram desenvolver estudos.

O primeiro evento público sobre o feminismo no Brasil foi o Seminário realizado no Rio de Janeiro em 1975, patrocinado pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Tal evento foi organizado por um grupo de mulheres feministas. A pauta incluía questões do trabalho, da saúde, da educação, da legislação, da discriminação racial, entre outras. Importante enfatizar que participaram desse seminário vários grupos de oposição à ditadura civil/militar.

No Brasil, muitas mulheres participavam ativamente da luta contra a ditadura militar. O primeiro grupo de mulheres feministas, depois de Simone Beauvoir, surgiu em São Paulo, no ano de 1972. De forma compassada, os temas relacionados ao feminismo passaram a fazer parte dos eventos e fóruns nacionais, como ocorreu na reunião da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC), em Belo Horizonte, no ano de 1975. (ALVES e ALVES, 2013: 115)

Assim, não podemos deixar de mencionar que desde os anos de 1970 vários núcleos de estudos e pesquisas sobre a história das mulheres, já estavam presentes em diversas instituições no Brasil.

No ano de 1975, um grupo de intelectuais feministas ligadas ao Coletivo de Pesquisas sobre Mulher da Fundação Carlos Chagas (FCC) organizou o Simpósio “Contribuições das Ciências Humanas para a Compreensão da Situação da Mulher” na XXVII Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) [...]. Esta foi uma das primeiras ocasiões em que a questão da mulher foi debatida em um fórum acadêmico de porte nacional. (SCAVONE, 2011: 4)

É importante enfatizar que as brasileiras exiladas na França desenvolveram outras percepções das relações de gênero em suas vidas afetivas e nas organizações políticas onde atuavam. Muitas delas passaram a reivindicar o direito ao aborto e a contracepção livre e gratuita, a divisão sexual do trabalho na vida conjugal, a igualdade salarial, a igualdade política, o fim da violência contra as mulheres, contra a apropriação de seus corpos e o direito de exercer suas sexualidades.

Dois grupos, organizados por brasileiras no exterior, também tiveram influência no desenvolvimento do feminismo brasileiro: o “Grupo Latino Americanas de Mulheres em Paris”, fundado em 1972, e “O Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris”, fundado em 1976. Estes dois grupos interagem com o movimento feminista francês em passeatas e ações públicas. Além disso, também editavam suas ideias em jornais ou em textos internos.

Houve também, em 1978, o seminário “Mulheres na força de trabalho na América Latina”, promovido pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj). Tal congresso foi organizado por um grupo de trabalho criado na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) sobre o tema.

No ano de 1979 o “I Congresso da Mulher Paulista” reivindicou o direito das mulheres a ter o número de filhas desejadas, questionaram a necessidade das creches; frisaram sobre a importância da anistia, ampla, geral e irrestrita às presas e perseguidas políticas. Podemos sinalizar que o movimento feminista lutou pela volta ao Estado Democrático, sendo uma das atrizes de peso neste processo. Após a anistia política, as exiladas trouxeram em suas bagagens a experiência europeia do feminismo, o que estimulou o movimento no Brasil. A essas vivências foram acrescidas as dos contatos com outros movimentos sociais emergentes: mulheres da periferia, negros e homossexuais.

O movimento feminista no Brasil contemporâneo, que teve sua maior expressão na década de 1970, esteve intimamente articulado com outros movimentos sociais da época: movimentos populares – que iam desde a luta por moradia, passando por melhores condições de vida (água encanada, luz, transporte), até a luta pela criação de creches nas fábricas e universidades (o que era uma lei antiga, mas não cumprida); movimentos políticos – aí incluídos os movimentos pela anistia aos presos políticos, pela luta contra o racismo, pelos direitos à terra dos grupos indígenas do país e o movimento dos homossexuais. (CORRÊA, 2001: 13-4)

Associado a esses eventos, os estudos desenvolvidos no Brasil a partir da década de 80 do século XX foram importantes para desinvisibilizar a História das Mulheres. Maria Odila Leite da Silva Dias publicou, em 1984, o “Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX”, e nele a categoria ‘mulheres’ estava presente. Além dela, Miriam Moreira Leite também organizou em 1984, “A condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX: antologia de textos de viajantes estrangeiros”. Margareth Rago publicou, em 1985, “Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930”. Em 1989, outras autoras estavam desenvolvendo estudos e publicando sobre a História das Mulheres, como por exemplo, Martha de Abreu Esteves, Rachel Soihet, Eni de Mesquita Samara e Magali Engel.

Também em 1989, a *Revista Brasileira de História* publicou um número inteiro destinado a mulher, intitulado “A mulher no espaço público” (v.9, n. 18). Na apresentação da revista, Bresciani dizia que esta era uma história da exclusão. Nesse número, categorias como ‘mulher’, ‘mulheres’ e ‘condição feminina’ eram as usadas nas análises. A categoria ‘gênero’ ainda era novidade na historiografia brasileira.

Em 1990, a *Revista Educação e Realidade* publicou a tradução de um artigo da historiadora norte-americana Joan Scott: “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. Esse artigo se tornou um marco nos estudos de gêneros e nas análises da pesquisa histórica. A autora ajudou a pensar sobre o conceito de gênero como uma categoria útil à história, pois enfatizou que tal classe nos possibilita refletir sobre a relação entre as mulheres e homens, nas desigualdades e hierarquias sociais que se estabelecem entre eles.

De acordo com Scott, o conceito foi desenvolvido como uma maneira de se opor a um determinismo biológico nas relações entre os sexos masculino e feminino, dando-lhes um caráter fundamentalmente social: “o gênero enfatizava igualmente o aspecto relacional das definições normativas da feminidade” (SCOTT, 1990: 5). Logo, a importância dessa análise diz respeito ao aspecto relacional, ou seja, a noção de que as relações de gênero não podem ser entendidas

separadamente, mulheres e homens precisam ser compreendidos de forma recíproca.

Em 1990, a professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Guacira Lopes Louro, fundou juntamente com um grupo de alunos da graduação e da pós-graduação o “Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero” (GEERGE), Guacira permaneceu na coordenação deste grupo até os anos 2000. Orientou várias dissertações e teses sobre as questões de gêneros e sexualidades. Impossível não destacar a importância dessa pesquisadora para esses estudos no Brasil, principalmente por suas publicações tão necessárias e inovadoras.

A partir daí, muitas historiadoras e outras pesquisadoras brasileiras passaram a auxiliar com seus estudos e pesquisas, contribuindo para o desenvolvimento do conceito de gênero, e muitas continuaram a desenvolver suas análises sobre as categorias ‘mulher’, ou ‘mulheres’. A revista *Cadernos Pagu*, por exemplo, do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu da Unicamp, foi criada em 1993 e se tornou um periódico importantíssimo para o campo dos estudos das relações de gênero.

Vale também citar o Seminário Internacional Fazendo Gênero, ocorrido em 1994 no Fazendo Gênero - Seminário de Estudos sobre a Mulher, ligado à área de literatura (UFSC). Desde então, o evento é bianual e transdisciplinar, tendo se transformado em evento internacional em 2000, ampliando seu escopo às mais variadas áreas e temáticas.

Nos anos de 1990, há a formação de outras redes que ampliam o alcance do debate e da mobilização feminista. Houve uma transformação dos grupos autônomos em ONGs, muitas feministas permaneceram na academia, outras investiram nestas organizações.

Na década de 1990 houve um aumento de subdivisões dentro do movimento feminista que influenciaram na produção acadêmica: há o movimento lésbico que sai do movimento feminista (heterossexual) e gay; as mulheres negras lésbicas, que saem do movimento feminista negro; as feministas católicas, entre outras. Esta dispersão foi articulada pela formação de redes virtuais e/ou reais que buscaram aglutinar as divisões temáticas, no espaço nacional, latino-americano e internacional. Do ponto de vista dos estudos de gênero, as questões relacionadas à sexualidade, homossexualidade, racismo também, se desdobram tematicamente e se desenvolveram a partir da década de 1990. (SCAVONE, 2011: 8)

Em julho de 2001 se constituiu um Grupo de Trabalho de Estudos de Gênero, durante o XXI Simpósio Nacional da Anpuh, realizado em Niterói (RJ), tendo como objetivo desenvolver em âmbito nacional uma rede de contatos entre pesquisadoras, articulado à Associação Nacional de História.

No ano de 2003, durante a 26ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), realizada em Poços de Caldas (MG), um grupo de pesquisadoras docentes e alunas mobilizou-se para propor à Associação a criação de um Grupo de Estudos (GE) voltado para as temáticas de gênero e sexualidade, em sua articulação com o campo da educação. A proposta foi levada à Assembleia Geral daquela 26ª reunião anual e aprovada. Criava-se, assim, o GE 23 - Gênero, sexualidade e educação. Posteriormente, o GE se transformou em Grupo de Trabalho.

Após o que foi mencionado até aqui, podemos dizer que todos esses eventos, estudos, pesquisas, periódicos e publicações contribuíram para a consolidação do campo dos estudos das relações de gênero no Brasil.

Contudo, se torna imperioso enfatizar que no contexto brasileiro, nos últimos anos os estudos de gêneros têm se voltado para o conceito de interseccionalidade.

O termo ganhou espaço a partir de uma palestra realizada por Kimberle Crenshaw na cidade Durban, na África do Sul, em 2001, cujo objetivo foi debater temáticas que já vinham sendo analisadas há algum tempo nos movimentos sociais dos feminismos negros nos Estados Unidos, América Latina e Caribe.

No Brasil, conjuntamente a outras mulheres negras, como Beatriz Nascimento (1974, 1976, 1982) e Luiza Bairros (1988, 1995, 2000), Lélia Gonzalez (2020) foi uma das pioneiras nas discussões sobre a interseccionalidade, mais especificamente sobre as relações existentes entre as questões de gênero, classe e raça no que diz respeito a configuração social, cultural e histórica do país. No artigo “Racismo e sexismo na cultura brasileira”, publicado originalmente em 1984, a autora explanava sobre a interface existente entre a mulher negra daquele momento: mulata, doméstica e mãe preta. Ela destacava nessa publicação que alguns encontros internacionais analisavam a questão do sexismo como tema principal, mas também abriam espaço para debater o racismo, o que permitiu a ela uma experiência enriquecedora aliada às suas anteriores: a militância no Movimento Negro Unificado e a desenvolvida como membro do Grêmio Recreativo de Arte Negra e Escola de Samba, a possibilitaram a percepção de várias facetas que se constituíram em elementos muito importantes para a concretização de seu trabalho. Segundo Gonzalez (2020: 77):

começaram a se delinear, para nós, aquilo que se poderia chamar de contradições internas. O fato é que, enquanto mulheres negras, sentimos a necessidade de aprofundar nossa reflexão, em vez de continuarmos na reprodução e repetição dos modelos que nos eram oferecidos pelo esforço de investigação das ciências sociais. Os textos só nos falavam da mulher negra numa perspectiva socioeconômica que elucidavam uma série de problemas propostos pelas relações sociais. Mas ficava (e ficará) sempre um resto que desafiava as explicações. E isso começou a nos incomodar. Exatamente a partir das noções de mulata, doméstica e mãe preta que estavam ali, nos martelando com sua insistência.

Entre os anos de 1960 e 1990, seus escritos também foram desenvolvidos levando em conta os cenários da ditadura militar e em diálogo permanente com os movimentos sociais no Brasil, Caribe e nas Américas, com proeminência para os negros, principalmente para os das mulheres negras e seus pleitos específicos. Autoras como Angela Davis (2016), Patrícia Hill Collins (2019), Lélia Gonzalez (2020), Luiza Bairros (1988, 1995, 2000), Beatriz Nascimento (1974, 1976, 1982) entre outras, em suas obras colaboram para a compleição da perspectiva interseccional como instrumento importante para as análises em várias áreas de pesquisas, incluindo as da História e da Educação.

Consideramos que o conceito de interseccionalidade tem revolucionado os estudos de gêneros e das sexualidades, proporcionando novos caminhos metodológicos para o tratamento dos temas. Tal definição está contribuindo para as desconstruções de visões hegemônicas de narrativas que representam as minorias de gêneros e sexualidades como as outras, pois trabalham com uma visão de sujeito universal que é o homem branco, europeu, ocidental, heterossexual, cisgênero e pertencente às classes sociais privilegiadas. Argumentamos, entretanto, que essa visão é disseminada por mecanismos que buscam normatizar as identidades de gêneros e as sexualidades como os parâmetros em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas.

Dessa forma, ponderamos ser fundamental que nós, pesquisadoras das Histórias da Mulheres, das relações de gênero e das sexualidades, utilizemos o conceito de interseccionalidade, para que possamos compreender melhor as diferentes formas de opressões e para que possamos traçar maneiras mais efetivas de

combatê-las, utilizando tanto ao lembrar a história das mulheres e os caminhos da categoria gênero, quanto ao definir os conceitos de justiça acadêmica, epistêmica e científica.

Ao recuperar as grandes mestras, autoras que expressam a ancestralidade de nossos saberes e vivências, registramos que nosso esperar também se coloca no sentido de continuar a lutar até que todas possamos, pela educação, em um reino não tão distante, atingirmos autonomia e liberdade.

Em um reino não tão distante e onde a princesa salva a si mesma...

A universidade é o último nível formativo em que o estudante pode se converter, com plena consciência, em cidadão; é o lugar de debate onde, por definição, o espírito crítico tem de florescer: um lugar de confronto, não uma ilha onde o aluno desembarca para sair com um diploma. (SARAMAGO, 2013: 26)

No texto da conferência Democracia e Universidade, proferida por José Sarago na Universidade Complutense de Madrid, em 2005, e publicada pela Editora da UFPA, em 2013, encontramos o alento na obra clássica, que assim pode ser considerada justamente porque segue atual quando descreve o papel da universidade. O autor, na mesma obra, considera, por outro lado, que não se trata de colocar a universidade como uma panaceia. E, assim, destaca

Volto a dizer que a universidade não tem de salvar-nos, não se trata de salvar ninguém, digamos mesmo que a universidade tem de assumir a sua responsabilidade na formação do indivíduo, e tem de ir além da pessoa, porque não se trata apenas de formar um bom informático ou um bom médico, ou um bom engenheiro, a universidade, além de bons profissionais, deveria lançar bons cidadãos e para mais, cidadãos bons, porque ainda que a palavra esteja gasta, há que reivindicá-la... (SARAMAGO, 2013, contracapa)

Se mesmo o escritor português premiado com o Nobel de Literatura de 1998 nos lembra que a universidade sozinha não poderá nos salvar, ao que podemos recorrer? Quem irá nos salvar? A resposta a essa pergunta complexa, feita em tom pueril, está tanto no desenho teórico expresso nesse artigo, quanto na História das Mulheres, em perspectiva feminista, que contamos em seu desenvolvimento, bem como na trajetória das autoras, que desde a introdução se colocam como mulheres para quem a universidade não abriu – e não abre – facilmente suas portas.

Assim, trazemos de modo sublinhado, como licença poética, a menção ao livro de Amanda Lovelace, cujo título aponta uma direção possível: *A princesa salva a si mesma neste livro* (LOVELACE, 2017). A este título, somamos e sublinhamos um advérbio: coletivamente.

A obra literária citada é aqui colocada não para valorizar esforços individuais, ou figuras monárquicas de princesas, mas a citamos por nos remeter ao que Helena Hirata (2020)⁶ aponta sobre a categoria gênero, sobre pesquisas feministas, sobre a ação direta e sobre estar em rede entre mulheres de variadas identidades. Nessas perspectivas todas, Hirata nos lembra que há de se considerar gênero como uma categoria social não autônoma, mas dependente, de modo indissociável, de raça, de classe, de orientação sexual, de identidade de gênero, de geração

⁶ Fundação Perseu Abramo. Conferência no canal do Youtube, 30 de outubro de 2020, com Helena Hirata, Eleonora Menicucci, Nilma Lino Gomes, Vilma Reis, Maria Betânia Ávila e Ieda Leal. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=HDm9NnQiVIQ>. Recuperado em 4 jul. 2021.

e de outras tantas localizações passíveis de mapeamento ou de não mapeamento, mas ainda assim localizações.

Assim, a categoria gênero não seria indissociável apenas das outras categorias, mas também, e sobretudo, seria uma categoria indissociável dos movimentos sociais. Essa premissa é por nós percebida a partir da fala de Hirata e nos mostra que estudos de gênero que se arvoram não feministas e em separado dos movimentos sociais podem ser olhados com alguma desconfiança, em razão de possível aroma neoliberal, o qual nega as construções dos movimentos sociais e das mulheres que vieram antes de nós. Essas nossas ancestrais construíram e pavimentaram o nosso caminho até aqui e tanto são as autoras citadas ao longo deste texto quanto outras tantas mulheres que sequer tiveram acesso às letras para poderem escrever suas ideias. Estas e aquelas escreveram conosco, de diferentes maneiras, o presente artigo, o qual, composto a muitas mãos e múltiplas ideias, não se coloca apenas como uma ideia regulativa, que ampliaria uma realidade muito distante daquilo que necessitamos ver implantado na sociedade.

O presente artigo se coloca como uma fotografia textual das nossas práticas agora, em docência, em pesquisa, em extensão e em administração, nas universidades onde pressionamos nossos pares e a nós mesmas a romper com a heteronormatividade, com a branquitude, com o etarismo e com a misoginia. E, que se lembre, assim procedemos coletivamente, posto que não estamos sós nessa densa, ampla e trabalhosa agenda. Trata-se de projeto no qual vidas, incluindo as nossas, são investidas a fim de vencer os desafios interseccionais e, assim, alcançar justiça para mulheres negras e LBT's, a partir da consideração, em perspectiva feminista, das relações de gênero e sexualidade na Educação no Brasil.

Achou panfletário? Não, não é não...ou até pode ser, mas, sem dúvida, é democrático, e é disso que estamos precisando urgentemente.

Recebido em 28 de março de 2022.

Aprovado em 15 de julho de 2022.

Referências

AUAD, D. Educação para a Democracia e Co-educação: apontamentos a partir da categoria gênero. *Revista USP*, 56: 136-143, 2002-2003.

- ALVES, A. C. F.; ALVES, A. K. DA S. As trajetórias e lutas do movimento feminista no Brasil e o protagonismo social das mulheres. *Anais do IV Seminário CETROS - Neodesenvolvimentismo, Trabalho e Questão Social*. Fortaleza: UECE, 2013.
- BAIROS, L. H. “Pecados no ‘paraíso racial’: o negro na força de trabalho da Bahia, 1950-1980”. In: REIS, João José. *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988. pp. 289-323.
- BAIROS, L. H. Nossos feminismos revisitados. *Estudos Feministas*, 3 (2): 458-463, 1995.
- BAIROS, L. H. Lembrando Lélia Gonzalez. *Afro-Ásia*, 23: 347-368, 2000.
- BENEVIDES, M. V. Educação para a democracia. *Lua Nova*, 38: 223-237, 1996.
- BRASIL. *Artigo 53 da Lei 8.069 de 13 de julho de 1990*.
- COLLINS, P. H. *Pensamento feminista negro: conhecimento e política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- CORRÊA, M. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. *Cadernos Pagu*, (16): 13-30, 2001.
- DAVIS, A. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DEAN, M. *Afiadas - As mulheres que fizeram da opinião*. São Paulo: Todavia, 2018.
- EMICIDA. *Mandume*. Com participação de Drik Barbosa, Amiri, Rico Dalasam, Muzike e Raphão Alaafin.
- FERREIRA, M. O. V; CORONEL, M. C. V. K. Sobre a legitimação do campo do gênero na ANPED. *Educação e Pesquisa*, 43 (3): s/p, 2017.
- FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. *Conferência no canal do Youtube, 30 de outubro de 2020, com Helena Hirata, Eleonora Menicucci, Nilma Lino Gomes, Vilma Reis, Maria Betânia Ávila e Ieda Leal*.
- GONZALEZ, L. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- LOVELACE, A. *A princesa salva a si mesma neste livro*. Rio de Janeiro: LeYa, 2017.
- MILITÃO, A. N. Inserção da Terminologia “direito à aprendizagem” no arcabouço legal. *Práxis Educacional*, 17 (46): 1-25, 2021.
- NASCIMENTO, B. Negro e racismo. *Revista de Cultura Vozes*, 68 (7): 65-68, 1974.
- NASCIMENTO, B. A mulher negra no mercado de trabalho. *Jornal Última Hora*, Rio de Janeiro, 25 de julho de 1976.
- NASCIMENTO, B. Kilombo e memória comunitária: um estudo de caso. *Estudos Afro-Asiáticos*. 6 (7): 259-265, 1982.
- NASSAR, R. *Lavoura Arcaica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- SANTOS, B. DE S. *Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos*. São Paulo: Cortez, 2014.

SANTOS, É. M. N. SA; LÉLIS, L. S. C; VALE, C. O direito à educação na perspectiva da justiça distributiva: uma análise sobre a Reforma do Ensino Médio. *Revista Educação*, 45: 1-25, 2020.

SARAMAGO, J. *Democracia e Universidade*. Lisboa: Editora da UFPA; Fundação José Saramago, 2013.

SCAVONE, L. Ciência e militância: os estudos de gênero no Brasil. *Encontro anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em ciências sociais - ANPOCS*, 35: 118, 2011.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, 16 (2): s/p, 1990.

SEPULVEDA, J. A. *O papel da Escola Superior de Guerra na projeção do campo militar sobre o campo educacional*. Tese de Doutorado, Educação, UFRJ, 2010.

SOIHET, R; PEDRO, J. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e Relações de Gênero. *Revista Brasileira de História*, 27 (54): 281-300, 2007.

ACENO

REVISTA DE ANTROPOLOGIA DO CENTRO-OESTE
ISSN: 2358-5587

A Aceno recebe em
FLUXO CONTÍNUO,
*artigos livres,
resenhas,
ensaios fotográficos,
dossiês (propostas).*
*Interessados em atuar como
pareceristas
podem realizar seus cadastros no site*